



O IMPACTO DOS FATORES PSICOLÓGICOS NO PORTE E MANUSEIO DE ARMAS DE FOGO NO CONTEXTO POLICIAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

THE IMPACT OF PSYCHOLOGICAL FACTORS ON CARRYING AND HANDLING FIREARMS IN THE POLICE CONTEXT: A LITERATURE REVIEW

Michelle Vecchi¹⁵

Resumo: Este estudo tem por objetivo compreender os aspectos psicológicos e fatores de risco envolvidos na capacidade de portar e utilizar armas de fogo no contexto policial. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa da literatura. O manuseio de arma de fogo consiste numa habilidade que pode ser aprimorada por meio de treinamento. No entanto, diversos fatores ambientais, organizacionais e individuais afetam a capacidade de lidar com armas, impactando o desempenho desta competência ao longo da carreira do policial. Do ponto de vista psicológico, uma série de características cognitivas e emocionais são consideradas relevantes para um uso seguro de armas de fogo. No entanto, é fundamental reconhecer outros fatores que estão associados a riscos e podem ensejar um impacto pernicioso na utilização de uma arma. Evidenciou-se que aspectos psicológicos vinculados às funções executivas, às emoções, ao estresse e à saúde mental estão fortemente relacionados ao desempenho com armas, além das habilidades técnicas adquiridas em treinamento. O transtorno mental sobressaiu-se como um dos fatores de risco mais importantes que pode suscitar desfechos negativos com arma de fogo. Destacou-se a importância de que organizações policiais promovam medidas permanentes de prevenção que incluam o suporte organizacional, a avaliação psicológica e a atenção à saúde mental, visando ao bem-estar e à saúde dos profissionais da área policial.

Palavras-chave: armas de fogo; porte de armas; manuseio de armas de fogo; saúde mental; fatores de risco.

Abstract: This study aimed to understand psychological aspects and risk factors that are involved in the ability to carry and use firearms in the police context. To this end, a synthesis of the literature was carried out through a narrative review. Handling a firearm is a skill that can be improved through training. However, several environmental, organizational and individual factors affect the ability to handle weapons, impacting on the performance of this skill throughout the police career. From a psychological point of view, a series of cognitive and

¹⁵ Mestra em Psicologia Organizacional e do Trabalho (UFSC, 2023). Especialista em Avaliação Psicológica (CRP/12, 2021). Especialista em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental (IWP, 2017). Psicóloga Policial Civil no Estado de Santa Catarina (2006). Professora da Academia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Email: michellevecchi@gmail.com.

emotional characteristics are considered relevant for the safe use of firearms. However, it is crucial to recognize other factors that are associated with risk and that can have a negative impact on the use of a weapon. It was evident that psychological aspects related to executive functions, emotions, stress, and mental health are strongly associated with performance with weapons, in addition to the technical skills acquired in training. Mental disorder is one of the most important risk factors that can lead to negative outcomes with firearms. The importance of police organizations promoting permanent prevention measures that include organizational support, psychological assessment and mental health care was highlighted, aiming at the well-being and health of police professionals.

Keywords: firearms; carrying firearms; handling firearms; mental health; risk factors.

1 INTRODUÇÃO

O manuseio de arma de fogo refere-se a uma habilidade que pode ser aprimorada por meio de treinamento. No entanto, diversos fatores ambientais, organizacionais e individuais afetam a capacidade de lidar com armas, impactando o desempenho desta competência ao longo da carreira policial (MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014; VILERT I BARNET; HERNÁNDEZ I PADIAL, 2004). Ainda assim, mesmo que com treinamento técnico adequado, desfechos negativos envolvendo armas de fogo podem suceder. É o caso, por exemplo, do uso excessivo da força, do emprego de violência e de acidentes decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência. Portanto, afigura-se como de fundamental importância que esforços sejam empregados no sentido de minimizar as chances de ocorrência destes agravos.

Portar arma de fogo é um requisito para o exercício profissional da segurança pública e a arma desempenha um papel fundamental nesse contexto, como um dos instrumentos de trabalho necessários à atividade policial (RESENDE, 2017; VILERT I BARNET; HERNÁNDEZ I PADIAL, 2004). É esperado que os profissionais de segurança pública utilizem sua arma de fogo de forma adequada e prudente, respeitando as normas de segurança e cumprindo os princípios da legislação. Neste sentido, cabe às organizações policiais proverem condições para o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso seguro do armamento.

Dispor de alto grau de conhecimento prático e teórico sobre armas, habilidade autopercebida, treinamento frequente e o hábito de realizar a manutenção do armamento, por exemplo, são fatores de proteção importantes na utilização do instrumento (DORTA, 2014; NAVARRO MONTES, 2002; PIRELLI; WECHSLER; CRAMER, 2015). No entanto, é crucial reconhecer outros fatores que estão associados a riscos e podem ter um impacto negativo no desempenho com armas de fogo (VECCHI; CRUZ,

2023). Conhecer os riscos possibilita criar condições para minimizá-los e, assim, promover proteção à integridade física e emocional do policial e de outras pessoas.

Do ponto de vista psicológico, uma série de características cognitivas e emocionais são consideradas relevantes para o uso adequado de armas de fogo. Dentre elas estão a estabilidade emocional, o controle dos impulsos, a saúde mental e a capacidade cognitiva para analisar, compreender e interpretar as diferentes situações (BRASIL, 2014; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022; MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014; NAVARRO MONTES, 2002; VILERT I BARNET; HERNÁNDEZ I PADIAL, 2004).

Por outro lado, alterações significativas no estado mental, como a manifestação de sinais e sintomas de transtornos mentais ampliam a probabilidade de desencadear desfechos adversos. São os casos de suicídio, acidentes, cometimento de crimes, dentre outros incidentes violentos (KOP; EUWEMA, 2001; ROZEL; MULVEY, 2017; TRIPP; MCDEVITT-MURPHY; HENSCHER, 2016; VECCHI; CRUZ, 2023).

Observa-se que, ao longo da vida, as pessoas enfrentam diversas mudanças e dificuldades que podem impactar na sua capacidade para lidar com situações de risco utilizando uma arma de fogo. Desse modo, é improvável que um indivíduo apresente igual aptidão psicológica para o uso seguro da arma de fogo ao longo de toda a sua carreira policial. Em outras palavras, a capacidade para utilizar uma arma de fogo com segurança pode deteriorar-se com o tempo em razão das circunstâncias vividas e de modificações nos estados físico e mental (MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014; VILERT I BARNET; HERNÁNDEZ I PADIAL, 2004).

Pode ser natural que o estresse inerente à profissão, somado aos eventos estressores da vida cotidiana, como as perdas, separações, cuidar de filhos pequenos e envelhecimento provoquem consequências negativas para a saúde física e mental das pessoas. Além disso, decorrências do estresse relacionadas ao desenvolvimento de transtornos mentais, morbidades físicas e o abuso de álcool podem impactar negativamente no uso adequado da arma de fogo por policiais (MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014).

Por conseguinte, é essencial que avaliações de aptidão psicológica de profissionais armados ocorram com certa regularidade ou sob determinadas condições, como o adoecimento mental, a fim de garantir mais segurança e minimizar as chances de acidentes ou de outros desfechos indesejados. A conscientização sobre os fatores que influenciam na capacidade do indivíduo em portar e manusear arma de fogo é fundamental para embasar decisões de profissionais de saúde mental e da própria organização quanto às condições que indiquem a necessidade de eventual restrição temporária ao uso de armas.

Para efeitos deste estudo, vale esclarecer as diferenças entre os conceitos de porte e manuseio de armas de fogo por policiais. O porte de arma diz respeito à autorização do Estado para que agentes públicos transportem armas de fogo de uso restrito por todo o território nacional. Os termos “uso ou manuseio” serão tratados, neste trabalho, como o ato de operar a arma de fogo quando necessário durante situações críticas.

As considerações até aqui apresentadas incitam importantes questões sobre a competência relacionada ao trabalho armado: quais são os fatores que influenciam na manutenção, bem como na deterioração da capacidade psicológica para utilizar armas de fogo ao longo da carreira policial? Para responder a essas perguntas, o estudo teve por objetivo compreender aspectos psicológicos e fatores de risco que estão envolvidos na capacidade de portar e utilizar armas de fogo no contexto policial. Efetuou-se uma síntese da literatura, por meio de uma revisão narrativa (FERRARI, 2015), quando foram reunidos conhecimentos, ideias e reflexões acerca do tema com base nos resultados encontrados nas diferentes pesquisas.

O presente artigo foi organizado em três tópicos principais, seguidos das considerações finais. Foi abordado o papel das funções executivas e das emoções no porte e manuseio de armas de fogo, os efeitos do estresse no desempenho com armas e, por último, o impacto dos transtornos mentais para o contexto do trabalho armado.

2 AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E O PAPEL DAS EMOÇÕES

Funções executivas incluem uma série de habilidades que possibilitam o desempenho das atividades diárias e a manutenção da saúde mental e física das pessoas. Essas habilidades se referem a processos mentais responsáveis pelo controle e regulação do comportamento, cognição e emoções. As funções executivas são reconhecidas por três habilidades principais, amplamente descritas na literatura: o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva (DIAMOND, 2013; DIAS; SEABRA, 2013; PALMIERO et al., 2022).

O controle inibitório refere-se à capacidade de controlar comportamentos, pensamentos e processos atencionais, possibilitando ao indivíduo agir de forma mais apropriada conforme exige a situação. Esta capacidade cognitiva está intimamente ligada à memória de trabalho (DIAMOND, 2013; DIAS; SEABRA, 2013).

A memória de trabalho, por sua vez, envolve a habilidade de armazenar informações, estabelecer conexões entre ideias, integrar informações novas às já consolidadas, recordar sequências de fatos e aplicar essas habilidades na execução de

tarefas. Já a flexibilidade cognitiva, de sua parte, possibilita mudar perspectivas e abordar problemas a partir de diferentes ângulos, reconhecendo erros e adaptando-se às demandas do ambiente (DIAMOND, 2013; DIAS; SEABRA, 2013). Conforme as autoras, tais capacidades são importantes para o enfrentamento de desafios e para a resolução criativa de problemas nas diferentes esferas da vida.

A partir das três funções executivas principais, desmembram-se outras capacidades cognitivas mais complexas, como as de raciocínio, julgamento, planejamento, tomada de decisão, organização e resolução de problemas (DIAMOND, 2013; DIAS; SEABRA, 2013). Um exemplo da operação de uma função executiva é a capacidade de manter a atenção em uma tarefa específica, resistindo às distrações, o que é decisivo para concluir as atividades de trabalho. Envolve a habilidade de adiar uma recompensa e inibir a atenção aos estímulos que proporcionam satisfação imediata, mas são irrelevantes para a tarefa em questão.

Na atividade policial, as funções executivas desempenham um papel fundamental na habilidade de utilizar uma arma de fogo durante operações policiais. Estudos sugerem que níveis reduzidos nas capacidades cognitivas estão associados a maiores chances de erros no desempenho de tiro policial (BIGGS; CAIN; MITROFF, 2015; KLEIDER-OFFUTT; CLEVINGER; BOND, 2016; KLEIDER; PARROTT; KING, 2010). Ou seja, a sobrecarga da memória de trabalho e a dificuldade em concentrar a atenção de maneira eficiente podem resultar em prejuízos na capacidade de processamento de informações e levar a erros na tomada de decisão, especialmente em situações de risco, o que pode comprometer a segurança da operação policial (KLEIDER-OFFUTT; CLEVINGER; BOND, 2016).

Kleider, Parrott e King (2010) demonstraram, por meio de um estudo simulado com policiais, que os participantes que apresentavam baixos níveis na memória de trabalho atiravam com mais frequência em alvos desarmados. Além disso, falhavam ao atirar em alvos armados, ou seja, tendiam à maior probabilidade de erros na tomada de decisão. Observou-se também que a chance de erros na decisão de tiro era maior conforme o aumento da emotividade negativa.

Por outro lado, a alta capacidade de memória de trabalho ensejou um efeito protetivo na decisão de tiro ao atenuar os efeitos emocionais negativos da ameaça (KLEIDER; PARROTT; KING, 2010). Outra pesquisa de cenário simulado concluiu que indivíduos com menor controle inibitório e maior impulsividade atencional eram mais propensos a atirar em alvos equivocados (BIGGS; CAIN; MITROFF, 2015).

Os estudos mencionados destacam a importância das funções executivas relacionadas à memória de trabalho e ao controle inibitório em situações de efetivo emprego de arma de fogo. Exercem um impacto significativo no reconhecimento do alvo a ser atingido. A memória de trabalho desempenha um papel central ao permitir

que o indivíduo processe informações relevantes do ambiente e as mantenha ativas durante as tarefas de mira e disparo em um ambiente adverso. Já o controle inibitório é essencial para evitar ações precipitadas durante o emprego da arma de fogo, contribuindo para uma decisão de tiro mais precisa e consciente.

A relação cada vez mais evidente entre o uso de armas e habilidades cognitivas traz à tona um alerta preocupante quanto ao avanço da idade (BIGGS; CAIN; MITROFF, 2015; KLEIDER-OFFUTT; CLEVINGER; BOND, 2016; KLEIDER; PARROTT; KING, 2010). As evidências apontam para o declínio cognitivo como um processo natural do envelhecimento (BALZAROTTI et al., 2022; BORDA et al., 2019; NASCIMENTO et al., 2015; RODRIGUES; FERREIRA; HAASE, 2008). Habilidades cognitivas relacionadas à inteligência fluida (capacidade de processar informações, sustentar a atenção e resolver problemas) diminuíram de forma constante durante a idade adulta, apresentando declínio acentuado por volta dos 55 anos de idade, conforme o estudo desenvolvido por Kaufman e Horn (1996), com 1500 adultos de 17 a 94 anos.

Portanto, parece ser necessário reconhecer que o declínio cognitivo, associado a outros sintomas psicológicos, comportamentais e ambientais pode comprometer a capacidade de manusear arma de fogo com segurança em pessoas idosas. Esses dados apontam para a necessidade de adoção de medidas de restrição a atividades de risco por parte das organizações, direcionadas a profissionais mais velhos que continuam trabalhando. Nas situações extremas, como em casos de diagnósticos de demência, é especialmente desaconselhável a posse e o porte de arma de fogo, em razão das profundas alterações geradas pela doença em termos de conduta, julgamento e funcionamento cognitivo (CLERICI et al., 2011).

Além das funções cognitivas, as emoções influenciam diretamente no desempenho com armas em operações policiais, pois estão associadas à percepção e ao julgamento (ANGIE et al. 2011; LERNER; KELTNER, 2000; LERNER et al., 2015). As emoções modulam o conteúdo do pensamento, de modo que a avaliação do risco esteja associada ao tipo de emoção experimentada (ANGIE et al., 2011; KELTNER et al., 2001; LU; XIE; ZHANG, 2013). Destarte, emoções negativas e intensas, como medo e raiva, interferem de maneiras distintas no processamento cognitivo e na capacidade de julgamento.

A emoção do medo está associada à percepção de baixa certeza e reduzido senso de controle, induzindo a uma visão de maior risco dos eventos. Portanto, quando o controle sobre o medo é baixo, pode ocorrer uma percepção equivocada do perigo e uma tendência a se comportar de forma hesitante e esquivada. Já a raiva, cuja tendência de avaliação está relacionada a uma suposta certeza e ao senso de controle, induz à percepção de menor perigo e ao comportamento de risco, tendendo à antecipação e à violência (KELTNER et al., 2001; LU; XIE; ZHANG, 2013).

A ansiedade é outra resposta emocional importante para este contexto. Refere-se a um estado mental orientado para o futuro, desencadeado quando as situações são percebidas como aversivas, imprevisíveis ou incontrolláveis (MULLER, 2016). Frequentemente está ligada à tensão muscular e a um estado de alta vigilância pela preparação a um perigo iminente real ou imaginado, o que pode levar a comportamentos de esquivas e cautela.

A ansiedade pode se manifestar dentro de níveis esperados ou de forma patológica. Neste caso, caracteriza-se por uma condição incômoda, surgindo de forma persistente ou na ausência de um estímulo que a explique (MULLER, 2016). Há evidências que apontam para uma associação significativa entre ansiedade e precisão de tiro, o que significa que, em situações de combate, pessoas mais ansiosas apresentam tendência à antecipação, a um pior desempenho no tiro e, conseqüentemente, maior risco de ser alvejado (DELANEY et al., 2018; NIEUWENHUYS; OUDEJANS, 2010; NIBBELING et al., 2014; KU; HYUN; LEE, 2022; SIMAS et al., 2022).

Um estudo de Nieuwenhuys e Oudejans (2010) comparou o desempenho do tiro de sete policiais holandeses sob duas condições diferentes de estímulos do estresse: sob alta e baixa ansiedade. Para cada teste, verificou-se as medidas de ansiedade, esforço mental, frequência cardíaca, precisão de tiro, tempo de resposta, tempo de desempenho total, tempo de recarga, orientação da cabeça/corpo e taxa de piscadas. A precisão do tiro mostrou uma significativa queda quando sob ansiedade elevada e a frequência cardíaca foi expressivamente maior.

Nieuwenhuys e Oudejans (2010) constataram que, sob alta ansiedade, os policiais apresentaram um tempo de resposta excessivamente curto, ou seja, agiram rápido demais, comprometendo a precisão do tiro. O estudo de Simas et al. (2022) veio a corroborar esses resultados, mas também evidenciou que o treinamento sob condições de estresse pode neutralizar os efeitos negativos da ansiedade no desempenho de tiro por um período.

Em paralelo à discussão das respostas emocionais, é importante compreender também o papel da impulsividade no desempenho com armas, talvez melhor conceituada como um comportamento ou característica de personalidade (WHITESIDE; LYNAM, 2001). A impulsividade é caracterizada pela tendência a agir de forma rápida e irrefletida, pode ser influenciada pela busca de sensações, em detrimento às normas e às conseqüências futuras (I PUEYO, 2004; WHITESIDE; LYNAM, 2001). A ansiedade, está fortemente associada à falta de controle inibitório e pode ser exacerbada por fatores emocionais como raiva, medo e ansiedade (WHITESIDE; LYNAM, 2001).

No entanto, é importante compreender as distintas formas de manifestação da impulsividade no comportamento humano. Pode se apresentar como um

comportamento circunstancial e isolado, sem grandes prejuízos para a vida do indivíduo. Porém, pode também ser sintoma de algum transtorno mental ou uma predisposição da personalidade em agir impulsivamente (I PUEYO, 2004; IMOELLER et al., 2001; WHITESIDE; LYNAM, 2001). Tanto como um sintoma de transtorno ou como uma característica de personalidade, o comportamento impulsivo aumenta a probabilidade de o indivíduo se envolver em situações de risco com arma de fogo (I PUEYO, 2004; MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014).

As evidências apontadas são particularmente relevantes, pois sugerem a necessidade de oportunizar condições para que trabalhadores armados desenvolvam competências relacionadas ao controle inibitório. De igual modo, quanto à regulação emocional, ou seja, à capacidade de utilizar estratégias para manter a intensidade das emoções em um nível tolerável, a fim de torná-los mais preparados para lidar com situações que envolvem emoções intensas (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013).

É fundamental, portanto, desenvolver habilidades que permitam manter o controle emocional, tomando decisões mais conscientes e menos influenciadas pelas emoções negativas, visando ao pleno exercício da atividade de segurança pública. Neste sentido, o treinamento prático e a experiência podem também desempenhar um papel crucial na capacidade de lidar de forma adequada com as emoções utilizando armas de fogo (PREDDY; STEFANIAK; KATSILOUDIS, 2020).

3 EFEITOS DO ESTRESSE NO DESEMPENHO COM ARMA DE FOGO

Para a atividade policial, mostra-se importante compreender os efeitos do estresse, sob duas perspectivas. A primeira, diz respeito ao estresse ocupacional, compreendido como uma consequência do desequilíbrio entre as demandas do ambiente e os recursos pessoais disponíveis para lidar com as exigências do trabalho (ARPAIA; ANDERSEN, 2019; HIRSCHLE; GONDIM, 2020).

Os constantes desafios experimentados nas relações cotidianas de trabalho podem suscitar agravos à saúde, comprometendo, inclusive, as competências relacionadas ao uso de armas. Outra perspectiva aborda o estresse de ameaça, ou seja, a reação fisiológica ativada durante situações que envolvem ameaça à vida, como as operações policiais de risco (ARPAIA; ANDERSEN, 2019; ANDERSEN et al., 2018; LABORDE; RAAB; KINRADE, 2014).

Com relação ao estresse ocupacional, diversos estudos têm evidenciado que o estresse é uma característica intrínseca à atividade policial, podendo resultar em efeitos negativos importantes sobre a saúde e o bem-estar dos policiais. (ACQUADRO

MARAN, 2015; ARPAIA; ANDERSEN, 2019; QUEIRÓS et al., 2020). Essas consequências têm impacto direto em toda a organização policial, refletindo-se, por exemplo, nos índices de absenteísmo e presenteísmo relacionados a problemas de saúde.

O estresse é amplamente reconhecido como um fator de risco para o desenvolvimento de diversas doenças físicas e psicológicas. Quando prolongado, pode comprometer o funcionamento imunológico do organismo, desencadeando uma resposta inflamatória que contribui para o adoecimento (ANTUNES, 2019; QUEIRÓS et al., 2020). Doenças como depressão, estresse pós-traumático, *burnout*, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, entre outras, têm sido associadas ao estresse crônico (ANTUNES, 2019).

Nesse sentido, é imprescindível compreender os principais fatores de estresse que afetam o indivíduo, bem como os recursos disponíveis para lidar com experiências estressantes, visto que a percepção do estresse e a forma de administrá-lo dependem de características individuais (HIRSCHLE; GONDIM, 2020; MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014). Os eventos estressores podem estar relacionados à própria atividade, tais como a exposição à violência, perigo e ameaças, bem como aos aspectos da organização, incluindo falta de apoio, problemas de comunicação e relacionados à liderança.

Além disso, fatores da vida pessoal que impactam o bem-estar no trabalho podem também contribuir para o estresse prolongado (RAMOS; ENUMO; PAULA, 2015). Em vista disso, é possível constatar que pessoas de perfil não apto ao porte de arma apresentam maior número de vivências estressantes no dia a dia policial (MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014; NAVARRO MONTES, 2002).

Enfim, a forma como cada indivíduo enfrenta as exigências e pressões do trabalho, bem como as dificuldades da vida em geral, revelam-se particularmente importantes para a manutenção da saúde mental e da qualidade de vida. Estratégias ativas de gerenciamento do estresse, ou focadas no problema, estão associadas a uma melhor adaptação e bem-estar geral. Incluem comportamentos como autorresponsabilização, capacidade de reflexão, busca de suporte social, prática de atividade física, entre outros. Por outro lado, as estratégias de evitamento, como o consumo de álcool, o uso abusivo de medicamentos e o isolamento social, são frequentemente consideradas disfuncionais. Embora possam fornecer uma sensação temporária de alívio, não resolvem os problemas e outras origens subjacentes do estresse e podem levar a consequências prejudiciais para a saúde física e mental a longo prazo, além de aumentar o risco relacionado ao porte de armas (RAMOS; ENUMO; PAULA, 2015; MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014).

Em relação ao estresse de ameaça, que ocorre no contexto das operações policiais de alto risco, o estresse precisa ser compreendido a partir dos efeitos fisiológicos que produz no comportamento do policial durante as ocorrências (BIGGS

et al., 2021). As características biológicas têm sido associadas à agressividade, especialmente em situações de pressão (HALLER et al., 2014).

As operações de risco constituem desafios complexos, caracterizados por intensa carga emocional, ansiedade e imprevisibilidade de situações. Estas condições provocam mudanças fisiológicas significativas, com intensas reações físicas e psicológicas (LAZARUS; FOLKMAN, 1984).

A importância de se compreender as alterações fisiológicas para o contexto do trabalho armado, reside no fato de que o estresse de ameaça é capaz de diminuir a eficácia do processamento cognitivo das informações. O impacto negativo das funções cognitivas reduzidas neste contexto, corresponde às alterações nos níveis de consciência situacional, na percepção do risco e na capacidade de analisar e interpretar situações estressantes (ANDERSEN et al., 2018; LABORDE; RAAB; KINRADE, 2014), podendo comprometer a segurança de uma operação, por exemplo. (HALLER et al., 2014).

Diante disso, é importante compreender como sucedem os processos fisiológicos que são ativados pelo sistema nervoso autônomo. Este sistema é responsável tanto pela ativação quanto pelo desligamento da resposta de estresse no organismo (ARPAIA; ANDERSEN, 2019). Em termos evolutivos, a espécie humana está programada a reagir defensivamente diante do perigo e busca sua própria preservação, ao ativar de forma involuntária o sistema nervoso autônomo (KOZLOWSKA et al., 2015). Tal sistema é subdividido em dois ramos que atuam de forma complementar para equilibrar as respostas corporais a diferentes situações e necessidades. São eles: o sistema nervoso autônomo simpático e o sistema nervoso autônomo parassimpático (ARPAIA; ANDERSEN, 2019).

O sistema nervoso simpático, também chamado de reação de luta ou fuga, é ativado quando o corpo precisa agir rapidamente a uma ameaça. Dentre as alterações no organismo, sua ativação promove aceleração da frequência cardíaca, dilatação das vias respiratórias e desvio do fluxo sanguíneo para os músculos (ARPAIA; ANDERSEN, 2019; ROELOFS, 2017). Pode incluir distorções na percepção, visão de túnel, redução de habilidades motoras finas e perda de consciência situacional (ANDERSEN et al., 2018).

Em contrapartida, o sistema nervoso parassimpático atua promovendo o “congelamento”, que é um modo de inibição comportamental em que ocorre a desaceleração da frequência cardíaca e a conservação da energia, reduzindo os efeitos negativos do sistema simpático (ARPAIA; ANDERSEN, 2019). Ou seja, possui a função de relaxar e recuperar o organismo após uma reação de alerta. Antagonicamente ao sistema simpático, a ativação do sistema parassimpático proporciona melhores condições de percepção e preparação para ação (ARPAIA; ANDERSEN, 2019; ROELOFS,

2017). Induz o controle inibitório e está associado ao desempenho cognitivo (LABORDE; RAAB; KINRADE, 2014; ROOS et al., 2017).

Haller et al. (2014) realizaram um estudo experimental com 164 policiais, na Hungria, a fim de investigar o impacto da excitação autonômica na tomada de decisão e no comportamento agressivo sob condições extremas de estresse. Os investigadores mediram índices de batimentos cardíacos e variabilidade de frequência cardíaca entre agentes policiais antes e durante situações de treinamento realistas, ameaçadoras e de alta intensidade em que deveriam agir. Os resultados do estudo mostraram que os agentes que exibiam alta frequência cardíaca (excitação cardiovascular excessiva) e baixa variabilidade de frequência cardíaca antes de iniciar a tarefa, eram mais propensos ao emprego da força letal, mesmo quando não havia necessidade. Os pesquisadores concluíram que os altos níveis de excitação fisiológica, provocados pela ativação do sistema nervoso autônomo simpático, associaram-se a erros de julgamento e de decisão, pois levaram os policiais a falhas na percepção das informações disponíveis sobre os sinais de presença ou ausência do perigo.

Na mesma linha de investigação, pesquisas sugerem que modular a excitação cardiovascular antes, durante e após episódios de tensão, pode gerar resultados benéficos relacionados a tomadas de decisão, melhor percepção de risco e redução de erros na aplicação da força (ANDERSEN; GUSTAFSBERG, 2016; ANDERSEN et al., 2018; HALLER et al., 2014).

Um exemplo desta evidência foi demonstrado pelo estudo de Andersen e Gustafsberg (2016), que conduziram um ensaio clínico randomizado com 16 policiais finlandeses, a fim de testar a eficácia do treinamento denominado “Programa internacional de resiliência e eficiência de desempenho”. Os policiais foram submetidos a cenários estressantes em que precisavam tomar decisões e foram randomizados em grupo de intervenção e grupo controle (não submetido ao treinamento). Os policiais do grupo de intervenção receberam treinamento incluindo instruções sobre a prática de exercícios respiratórios para o equilíbrio da excitação fisiológica durante o estresse, além de educação sobre a fisiologia do sistema de resposta ao estresse, entre outras instruções psicoeducativas. Os resultados apontaram uma consciência situacional e desempenho global significativamente melhores para o grupo de intervenção em relação ao grupo controle. Os policiais do grupo de intervenção identificaram mais ameaças potenciais no ambiente, o que lhes possibilitou um maior número de decisões corretas sobre o uso da força. Além disso, os policiais do grupo de intervenção recuperaram-se mais rapidamente dos efeitos do estresse do que o grupo controle.

Além das repercussões imediatas provocadas pelo estresse durante situações de alto risco, é fundamental avaliar o impacto duradouro que esses eventos podem gerar na saúde dos policiais após a vivência desses incidentes. A exposição a fatores

estressantes que ameaçam a vida pessoal pode resultar em um sofrimento profundo, manifestando-se frequentemente por meio de sintomas característicos de transtorno de estresse pós-traumático (MCCASLIN et al., 2006). Esse cenário, por sua vez, compromete tanto a saúde geral, quanto a capacidade de desempenho laboral dos profissionais.

Compreender os impactos das diferentes fontes de estresse na saúde dos policiais é decisivo para implementar estratégias de prevenção e apoio, visando à promoção da saúde mental e física. Programas de capacitação para lidar com o estresse ocupacional e o estresse de ameaça proveniente de incidentes críticos, além do acesso a serviços de suporte psicológico, bem como a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e de apoio mútuo, são algumas das medidas que podem ser adotadas para mitigar os efeitos negativos do estresse na saúde do policial.

É igualmente importante levar em conta que nem todas as pessoas estão preparadas para lidar com a morte de pessoas em combate, com ferimentos de colegas de trabalho, com sintomas pós-traumáticos resultantes de confrontos armados, ou com as consequências de um uso imprudente da arma de fogo. Em todos esses casos, os suportes psicológico e organizacional se revelam essenciais para o resgate e para a manutenção da saúde mental dos profissionais, assim como para o retorno à capacidade plena de portar e manusear armas de fogo.

4 TRANSTORNOS MENTAIS E ARMA DE FOGO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (APA, 2014), transtorno mental é uma condição caracterizada por perturbações significativas nos processos cognitivos, emocionais ou comportamentais de uma pessoa, que podem afetar sua capacidade de funcionar adequadamente nas atividades diárias, laborais e sociais. Essas condições podem variar em gravidade e sintomas, manifestando-se em qualquer idade ou fase da vida. Têm origem multifatorial, resultando de uma complexa interação entre fatores genéticos, sociais, ambientais e fisiológicos (APA, 2014). Transtornos mentais são apontados na literatura como um fator de risco relevante para o uso de armas de fogo (VILERT I BARNET; HERNÁNDEZ I PADIAL, 2004; NAVARRO MONTES, 2002; MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014; PIRELLI; WECHSLER; CRAMER, 2015).

Sintomas de transtornos mentais podem estar associados a diversos desfechos envolvendo armas. O principal deles é o suicídio com arma de fogo. Além disso, o comportamento violento contra outras pessoas e a propensão a assumir riscos por imprudência, também podem ser influenciados por alterações do estado mental. É

importante frisar que condições de saúde mental específicas estão associadas a taxas mais elevadas de violência e suicídio (PIRELLI; WECHSLER; CRAMER, 2015).

Transtornos do humor, como a depressão e o transtorno bipolar, transtornos por uso de substâncias e alguns transtornos de personalidade, como *borderline*, têm sido associados a taxas de suicídio (ARAUJO; CARVALHO, 2021). Já transtornos de ansiedade podem gerar problemas de desempenho no tiro, disparo indevido e imprudência devido a erros na tomada de decisão (DELANEY et al., 2018).

O risco para suicídio está associado à presença de vários outros fatores como: problemas de saúde mental, endividamento, conflitos conjugais, estresse decorrente do trabalho, histórico de tentativas anteriores de suicídio e isolamento social (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020; SILVA, 2021; SILVA; BUENO, 2017). Estudos nacionais e internacionais evidenciam que a arma de fogo é o método mais comumente empregado para o suicídio entre profissionais de segurança pública (ENCRENAZ et al., 2015; MAHON et al. 2005; PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020; SILVA, 2021; SILVA; BUENO, 2017). Enfim, a disponibilidade e facilidade de acesso a armamentos devido à atividade profissional aumentam significativamente as chances para o desfecho trágico.

Além disso, a posse de uma arma de fogo facilita a transição do pensamento suicida para o comportamento efetivo do ato (CONWELL et al., 2002; HOUTSMA; ANESTIS, 2017). O risco se acentua se a arma de fogo for armazenada de forma carregada e desbloqueada (CONWELL et al., 2002). Esses dados sugerem a necessidade de limitar o acesso às armas durante períodos de crise. Sendo assim, estratégias ocupacionais de prevenção do suicídio poderiam centrar-se no acesso ao meio letal, além da inclusão de políticas de redução do estigma associado à saúde mental, no estímulo à busca de ajuda profissional, entre outras formas de apoio.

Pesquisadores verificaram também que o comportamento violento durante operações policiais de alto risco apresentou relação com quadros clínicos de *burnout* e transtorno de estresse pós-traumático (CALHOUN et al., 2017; KOP; EUWEMA, 2001; QUEIRÓS; KAISELER; SILVA, 2013; QUEIRÓS et al., 2020; SWICK et al., 2012). Em um estudo com policiais holandeses, evidenciou-se que aqueles que apresentavam pontuação alta nas dimensões de *burnout* relacionadas à exaustão emocional e despersonalização, apresentaram maior tendência ao uso da força contra civis (KOP; EUWEMA, 2001). Outras descobertas apontaram que policiais com diagnóstico de estresse pós-traumático apresentaram déficit significativo na inibição da resposta motora com aumento da impulsividade, maior chance de erros na execução da tarefa (SWICK et al., 2012), e maior propensão à violência (CALHOUN et al., 2017).

Por fim, é particularmente importante considerar os riscos do uso do álcool e dos transtornos derivados do uso de substâncias psicoativas no contexto do trabalho

armado. Caracterizam-se por um padrão problemático de comportamentos que resultam em prejuízos ou sofrimento clinicamente significativos (APA, 2014).

Os referidos transtornos abrangem até dez classes de drogas, classificadas como depressoras, estimulantes ou perturbadoras do sistema nervoso central. As alterações cerebrais provocadas pelas substâncias afetam funções executivas importantes para o desempenho de atividades diárias, como memória, atenção, controle do impulso, atividade motora e capacidade de julgamento. Alguns dos critérios diagnósticos para presença de transtorno, segundo o DSM-5, são: a substância é frequentemente consumida em maiores quantidades ou por um período mais longo do que o pretendido; possíveis dificuldades no desempenho de papéis relacionados ao trabalho, à vida social ou familiar; e abandono ou redução de atividades importantes destas esferas, em função do uso da substância (APA, 2014).

Com relação ao álcool, é fundamental levar em conta que a sua legalidade, a farta disponibilidade e o papel cultural que ocupa na sociedade, podem banalizar o seu consumo. Entretanto, essa naturalização não reduz os riscos quanto se trata do porte e manejo de armas, visto que os efeitos físicos e psicológicos induzidos pelo álcool aumentam as chances de envolvimento em atos de violência e em outros desfechos negativos (LAU et al, 2023; BRANAS et al., 2016).

As pessoas podem recorrer ao consumo de álcool como uma forma de lidar com o estresse, na tentativa de buscar alívio temporário dos problemas e preocupações (MOLAS; AGUSTÍ; SANOSA, 2014). Neste caso, o uso do álcool não se caracteriza propriamente como um transtorno por uso de substância, mas sim como um sintoma do estresse percebido ou uma forma de reação a ele (ALCHIERI; CRUZ, 2004).

Um estudo norueguês (STERUD et al., 2007), realizado com 2.372 policiais operacionais e 1.096 profissionais de serviços de emergência em saúde, teve como objetivo investigar a associação entre o uso do álcool, o *burnout* e estressores no trabalho. Os pesquisadores descobriram não haver uma forte relação entre estresse ocupacional e uso de álcool. No entanto, o beber como estratégia de enfrentamento foi fortemente associado a altos níveis de problemas relacionados ao álcool. Além disso, funcionários do sexo masculino, mais jovens e com níveis elevados de neuroticismo (tendência a experimentar emoções negativas) relataram níveis mais expressivos de problemas relacionados ao álcool.

Embora o álcool não seja um fator imprescindível para a ocorrência de desfechos violentos com armas, ele contribui de maneira significativa para o aumento da violência armada (BRANAS et al., 2016). Conflui de forma recorrente para a vitimização e violência contra parceiro íntimo (ZIMMERMAN et al., 2023). Está relacionado a ocorrências de suicídio com arma de fogo (LANGE et al., 2023). De igual

forma, o uso do álcool está presente em muitos casos de ferimentos oriundos da violência com o uso de armas (LAU et al, 2023; BRANAS et al., 2016).

Tendo em vista os impactos dos transtornos mentais para o porte e o uso de arma de fogo, é fundamental que a avaliação das condições da saúde mental seja realizada de forma ampla, compreensiva e multidimensional. Ou seja, a sintomatologia experimentada pelo indivíduo necessita ser analisada em conjunto com outros fatores de risco, de proteção e de resiliência, dentro de um *continuum* de gravidade, atentando para os possíveis desfechos negativos com armas e os preditores de riscos associados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo compreender os impactos dos aspectos psicológicos e dos fatores de risco que estão envolvidos na capacidade de portar e utilizar armas fogo no contexto policial. Presume-se que mudanças físicas, psicológicas e ambientais inevitáveis e intrínsecas ao ciclo de vida e da própria carreira do policial podem afetar as competências relacionadas ao uso de armas. A presente revisão da literatura permitiu constatar uma significativa relação entre fatores psicológicos e o porte e manuseio de armas de fogo, sustentada por estudos empíricos.

Fatores psicológicos que abrangem o estresse, as funções executivas, as emoções e a saúde mental impactam substancialmente na capacidade de utilizar arma de fogo com segurança. Verificou-se, por exemplo, que capacidades cognitivas reduzidas, emoções como a ansiedade, a raiva e o medo elevados, assim como a excitação fisiológica provocada pelo estresse e alguns transtornos mentais afetam negativamente o desempenho dos policiais no uso da arma de fogo.

Portanto, é necessário reconhecer que a competência associada ao uso de armas por parte dos profissionais de segurança pública sofre modificações ao longo dos anos de serviço policial. Isto significa considerar que, em certos momentos da vida e da carreira, um policial pode não apresentar a aptidão psicológica necessária para portar e manusear armas de forma segura.

Operar uma arma de fogo é uma atividade complexa que envolve aspectos psicológicos relacionados à cognição, emoções, comportamento e reações fisiológicas, além das habilidades técnicas adquiridas por meio de treinamento. Nesse sentido, é fundamental que haja condições psicológicas e de saúde mental adequadas para o porte e o manuseio seguro da arma de fogo durante operações de risco.

O próprio estado de constante alerta gerado pelo ato de portar arma de fogo pode dificultar o processo de relaxamento necessário à manutenção da saúde mental e da qualidade de vida do profissional. Além disso, outros fatores estressantes relacionados à atividade policial e às condições de trabalho revelam potencial de agravar aspectos individuais negativos, ampliando o grau de risco para ocorrência de efeitos danosos para a saúde do indivíduo.

Tais peculiaridades da atividade policial reforçam a necessidade de aumentar tanto os recursos organizacionais (como treinamento, suporte e segurança), quanto os recursos pessoais (autoconhecimento, regulação emocional e resiliência do policial) para possibilitar uma maneira eficaz de lidar com o estresse. Nesse sentido, políticas de conscientização sobre saúde mental, autocuidado e redução do preconceito sobre buscar ajuda profissional nos momentos de crise, são estratégias fundamentais para ampliar os recursos pessoais necessários ao gerenciamento do estresse.

Os achados deste estudo também apontam para a importância de que organizações policiais promovam medidas permanentes de prevenção que incluam avaliação psicológica e acompanhamento em saúde mental de policiais (THIAGO et al., 2022). Além disso, outras estratégias preventivas, como o estabelecimento de um controle mais rigoroso no que tange ao armazenamento e acesso às armas, bem como a aplicação de suspensão temporária ao porte de arma nos casos de adoecimento mental, são essenciais para a proteção integral e o bem-estar dos profissionais. O ato de recolher temporariamente as armas de fogo durante momentos de instabilidade psicológica constitui uma medida preventiva não apenas contra o suicídio, mas também em relação a outras possíveis consequências adversas, devendo ser concebida como uma forma de proteção à vida do policial.

É importante destacar que a revisão de literatura conduzida neste estudo não aderiu às diretrizes preconizadas pelo modelo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis*) para revisões e também não incluiu uma avaliação da qualidade metodológica dos estudos, o que pode afigurar-se como uma limitação do presente trabalho. A utilização de protocolos internacionais para o mapeamento do conhecimento científico, como o PRISMA, costuma contribuir para reduzir possíveis vieses do pesquisador e aumenta o rigor metodológico da revisão. Por outro lado, revisões narrativas, como a conduzida, carecem de um procedimento padronizado e, portanto, a seleção dos estudos está sujeita à subjetividade do pesquisador, tornando-as não passíveis de replicação.

As pesquisas empíricas revisadas neste estudo forneceram evidências importantes para guiar práticas, embasar decisões de profissionais de saúde mental e de políticas organizacionais quanto à saúde mental de policiais e aos fatores psicológicos associados ao uso de armas de fogo. Ainda assim, a quase totalidade dos estudos foi realizada com policiais de países estrangeiros, revelando uma lacuna na

literatura científica brasileira quanto a pesquisas que abordem o impacto de fatores psicológicos no uso de armas de fogo. Fica evidente a necessidade de que pesquisas futuras sobre o tema sejam realizadas em âmbito nacional, com amostras de policiais brasileiros.

São significativas as diferenças culturais, sociais e econômicas entre os países, além das diferenças de recursos e treinamento entre as polícias. Seria útil, por exemplo, replicar o estudo de Andersen e Gustafsberg (2016) e testar empiricamente os efeitos de um programa de redução do estresse para o desempenho de tiro entre policiais brasileiros, utilizando o controle da excitação fisiológica. Ao comprovar empiricamente os resultados de uma intervenção, torna-se possível aprimorar técnicas, melhorar o desempenho policial e, conseqüentemente, reduzir riscos relacionados à utilização e ao manuseio de armas de fogo.

REFERÊNCIAS

ACQUADRO MARAN, Daniela et al. Occupational stress, anxiety and coping strategies in police officers. **Occupational medicine**, v. 65, n. 6, p. 466-473, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/occmed/kqv060>. Acesso em 24 out. 2023.

ALCHIERI, João Carlos; CRUZ, Roberto Moraes. **Estresse**: conceitos, métodos, medidas e possibilidades de intervenção. Casa do Psicólogo, 2004.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDERSEN, Judith P.; GUSTAFSBERG, Harri. A training method to improve police use of force decision making: a randomized controlled trial. **Sage Open**, v. 6, n. 2, p. 2158244016638708, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/21582440166387>. Acesso em 24 out. 2023.

ANDERSEN, Judith Pizarro et al. Reducing lethal force errors by modulating police physiology. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 60, n. 10, p. 867, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000001401>. Acesso em 24 out. 2023.

ANGIE, Amanda D. et al. The influence of discrete emotions on judgement and decision-making: A meta-analytic review. **Cognition & Emotion**, v. 25, n. 8, p. 1393-1422, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02699931.2010.550751>. Acesso em 24 out. 2023.



ANTUNES, José. Estresse e doença: o que diz a evidência. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 20, n. 3, p. 590-603, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200304>. Acesso em 24 out. 2023.

ARAÚJO, Barbosa B.; CARVALHO, Teixeira F. A. F. Perfil epidemiológico e psicossocial do suicídio no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15097>. Acesso em 24 out. 2023.

ARPAIA, Joseph; ANDERSEN, Judith P. The unease modulation model: an experiential model of stress with implications for health, stress management, and public policy. **Frontiers in psychiatry**, v. 10, p. 379, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2019.00379>. Acesso em 24 out. 2023.

BALZAROTTI, Stefania et al. Driving-related cognitive abilities: evaluating change over time in a sample of older adults undergoing an assessment regarding fitness to drive. **International journal of environmental research and public health**, v. 19, n. 19, p. 12806, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph191912806>. Acesso em 24 out. 2023.

BIGGS, Adam T.; CAIN, Matthew S.; MITROFF, Stephen R. Cognitive training can reduce civilian casualties in a simulated shooting environment. **Psychological science**, v. 26, n. 8, p. 1164-1176, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956797615579274>. Acesso em 24 out. 2023.

BIGGS, Adam T. et al. Perception during use of force and the likelihood of firing upon an unarmed person. **Scientific reports**, v. 11, n. 1, p. 13313, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-90918-9>. Acesso em 24 out. 2023.

BORDA, Miguel Germán et al. Educational level and its Association with the domains of the Montreal Cognitive Assessment Test. **Aging & Mental Health**, v. 23, n. 10, p. 1300-1306, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13607863.2018.1488940>. Acesso em 24 out. 2023.

BRANAS, Charles C.; HAN, SeungHoon; WIEBE, Douglas J. Alcohol use and firearm violence. **Epidemiologic reviews**, v. 38, n. 1, p. 32-45, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/epirev/mxv010>. Acesso em 24 out. 2023.

BRASIL. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. **Instrução Normativa n° 78, de 10 de fevereiro de 2014. DPF**. Brasília, DF, 10, Fev. de 2014. Disponível em: [www.gov.br/doc \(live.com\)](http://www.gov.br/doc/live.com). Acesso em 24 out. 2023.

CALHOUN, Patrick S. et al. Nonsuicidal self-injury and interpersonal violence in US veterans seeking help for posttraumatic stress disorder. **Psychiatry research**, v. 247, p. 250-256, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2016.11.032>. Acesso em 24 out. 2023.

CLERICI, Carlo Alfredo et al. The risk of abuse of legal firearms by old and young individuals with acquired cognitive impairments: a review of the literature. **Italian**



Journal of Public Health, v. 8, n. 4, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2427/5684>. Acesso em 24 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01, de 21 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo e revoga a Resolução CFP nº 18, de 09 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 02, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=426726>. Acesso em 24 out. 2023.

CONWELL, Yeates et al. Access to firearms and risk for suicide in middle-aged and older adults. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 10, n. 4, p. 407-416, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/00019442-200207000-00007>. Acesso em 24 out. 2023.

DELANEY, Eileen et al. Predicting firearms performance based on psychiatric symptoms and medication usage. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 49, n. 3, p. 227, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/pro0000189>. Acesso em 24 out. 2023.

DIAMOND, Adele. Executive functions. **Annual review of psychology**, v. 64, p. 135-168, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750>. Acesso em 24 out. 2023.

DIAS, Natália M.; SEABRA, Alessandra Gotuzo. Funções executivas: desenvolvimento e intervenção. **Temas sobre desenvolvimento**, v. 19, n. 107, p. 206-212, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Natalia-Dias-13/publication/281177320_funcoes_executivas_desenvolvimento_e_intervencao/links/5604497408ae8e08c089ac7f/funcoes-executivas-desenvolvimento-e-intervencao.pdf. Acesso em 24 out. 2023

DORTA, Velázquez A. Evaluación de las competencias psicológicas de los agentes de policía en el uso de armas de fuego. **Universidad de La Laguna, Servicio de Publicaciones**, 2014. Disponível em: <http://riull.ull.es/xmlui/handle/915/75>. Acesso em 24 out. 2023.

ENCRENAZ, Gaëlle et al. Suicide among the French National Police forces: Implication of life events and life trajectories. **L'encephale**, v. 42, n. 4, p. 304-313, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.encep.2015.08.004>. Acesso em 24 out. 2023.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. **Medical writing**, v. 24, n. 4, p. 230-235, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329>. Acesso em 24 out. 2023.

HALLER, Jozsef et al. Cardiac autonomic functions and the emergence of violence in a highly realistic model of social conflict in humans. **Frontiers in behavioral neuroscience**, v. 8, p. 364, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.3389/fnbeh.2014.00364>. Acesso em 24 out. 2023.



HIRSCHLE, Ana Lucia T.; GONDIM, Sônia Maria G. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2721-2736, 2020. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/csc/a/7rhP4hgWgcspPms5BxRVjfs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 out. 2023.

HOUTSMA, Claire; ANESTIS, Michael D. Practical capability: The impact of handgun ownership among suicide attempt survivors. **Psychiatry research**, v. 258, p. 88-92, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.09.064>. Acesso em 24 out. 2023.

I PUEYO, Antoni Andrés. Evaluación de la impulsividad y el riesgo en el uso de armas de fuego en las policías y Fuerzas de Seguridad. **Revista Catalana de Seguretat Pública**, p. 63-77, 2004. Disponível em <https://www.raco.cat/index.php/RCSP/article/view/>. Acesso em 24 out. 2023.

KAUFMAN, Alan S.; HORN, John L. Age changes on tests of fluid and crystallized ability for women and men on the Kaufman Adolescent and Adult Intelligence Test (KAIT) at ages 17–94 years. **Archives of clinical neuropsychology**, v. 11, n. 2, p. 97-121, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0887-6177\(95\)00003-8](https://doi.org/10.1016/0887-6177(95)00003-8). Acesso em 24 out. 2023.

KELTNER, Dacher et al. Fear, anger, and risk. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 81, n. 1, p. 146-159, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1037//0022-3514.81.1.146>. Acesso em 24 out. 2023.

KLEIDER, Heather M.; PARROTT, Dominic J.; KING, Tricia Z. Shooting behaviour: How working memory and negative emotionality influence police officer shoot decisions. **Applied cognitive psychology**, v. 24, n. 5, p. 707-717, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/acp.1580>. Acesso em 24 out. 2023.

KLEIDER-OFFUTT, Heather M.; CLEVINGER, Amanda M.; BOND, Alesha D. Working memory and cognitive load in the legal system: Influences on police shooting decisions, interrogation and jury decisions. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, v. 5, n. 4, p. 426-433, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2016.04.008>. Acesso em 24 out. 2023.

KOP, Nicolien; EUWEMA, Martin C. Occupational stress and the use of force by Dutch police officers. **Criminal justice and behavior**, v. 28, n. 5, p. 631-652, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/009385480102800505>. Acesso em 24 out. 2023.

KOZLOWSKA, Kasia et al. Fear and the defense cascade: clinical implications and management. **Harvard review of psychiatry**, v. 23, n. 4, p. 263, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/HRP.0000000000000065>. Acesso em 24 out. 2023.

KU, Xyle; HYUN, Seungju; LEE, Byounghwak. The role of death anxiety on marksmanship performance: a virtual reality simulator study. **Ergonomics**, v. 65, n. 2, p. 219-232, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00140139.2021.1965222>. Acesso em 24 out. 2023.



LABORDE, Sylvain; RAAB, Markus; KINRADE, Noel P. Is the ability to keep your mind sharp under pressure reflected in your heart? Evidence for the neurophysiological bases of decision reinvestment. **Biological psychology**, v. 100, p. 34-42, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biopsycho.2014.05.003>. Acesso em 24 out. 2023.

LANGE, Shannon et al. Association between acute alcohol use and firearm-involved suicide in the United States. **JAMA network open**, v. 6, n. 3, p. e235248-e235248, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2023.5248>. Acesso em 24 out. 2023.

LAU, Georgina et al. Prevalence of alcohol and other drug use in patients presenting to hospital for violence-related injuries: a systematic review. **Trauma, Violence, & Abuse**, p. 15248380221150951, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/15248380221150951>. Acesso em 24 out. 2023.

LAZARUS, Richard S.; FOLKMAN, Susan. Stress, appraisal, and coping. **Springer publishing company**, 1984.

LEAHY, Robert L.; TIRCH, Dennis; NAPOLITANO, Lisa **A. Regulação emocional em psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental**. Artmed Editora, 2013.

LERNER, Jennifer S.; KELTNER, Dacher. Beyond valence: Toward a model of emotion-specific influences on judgement and choice. **Cognition & emotion**, v. 14, n. 4, p. 473-493, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/026999300402763>. Acesso em 24 out. 2023.

LERNER, Jennifer S. et al. Emotion and decision making. **Annual Review of Psychology**, v. 66, p. 799-823, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115043>. Acesso em 24 out. 2023.

LU, Jingyi; XIE, Xiaofei; ZHANG, Ruogu. Focusing on appraisals: How and why anger and fear influence driving risk perception. **Journal of Safety Research**, v. 45, p. 65-73, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jsr.2013.01.009>. Acesso em 24 out. 2023.

MAHON, Martin J. et al. Suicide among regular-duty military personnel: a retrospective case-control study of occupation-specific risk factors for workplace suicide. **American Journal of Psychiatry**, v. 162, n. 9, p. 1688-1696, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.162.9.1688>. Acesso em 24 out. 2023.

MCCASLIN, Shannon E. et al. The impact of personal threat on police officers' responses to critical incident stressors. **The Journal of nervous and mental disease**, v. 194, n. 8, p. 591-597, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/01.nmd.0000230641.43013.68>. Acesso em 24 out. 2023.

MOELLER, F. Gerard et al. Psychiatric aspects of impulsivity. **American journal of psychiatry**, v. 158, n. 11, p. 1783-1793, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.158.11.1783>. Acesso em 24 out. 2023.



MOLAS, Jordi Vilardell; AGUSTÍ, Gabriel Martí; I SANOSA, M. Àngels Solé. Evaluación de las condiciones psicológicas para el uso del arma de fuego en los cuerpos de seguridad. **Medicina Clínica**, v. 142, p. 30-36, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0025-7753\(14\)70069-7](https://doi.org/10.1016/S0025-7753(14)70069-7). Acesso em 24 out. 2023.

MULLLER, Juliana de Lima, et al. Psicodiagnóstico e ansiedade, in HUTZ, Claudio Simon et al. **Psicodiagnóstico: Avaliação Psicológica**. Artmed Editora, 2016.

NASCIMENTO, Roseane Aparecida Sant'Ana do et al. Prevalência e fatores associados ao declínio cognitivo em idosos com baixa condição econômica: estudo MONIDI. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 64, p. 187-192, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000077>. Acesso em 24 out. 2023.

NAVARRO MONTES, Jordi. Determinación de las variables psicológicas de inadecuación para el uso de armas de fuego. **Revista Catalana de Seguretat Pública**, p. 105-124, 2002. Disponível em: 240936-Text de l'article-325009-1-10-20110524 (6).pdf. Acesso em 24 out. 2023.

NIBBELING, Nicky et al. The effects of anxiety and exercise-induced fatigue on shooting accuracy and cognitive performance in infantry soldiers. **Ergonomics**, v. 57, n. 9, p. 1366-1379, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00140139.2014.924572>. Acesso em 24 out. 2023.

NIEUWENHUYS, Arne; OUDEJANS, Raoul RD. Effects of anxiety on handgun shooting behavior of police officers: a pilot study. **Anxiety, Stress, & Coping**, v. 23, n. 2, p. 225-233, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10615800902977494>. Acesso em 24 out. 2023.

PALMIERO, Massimiliano et al. Divergent thinking and the core executive functions: A state-of-the-art review. **Cognitive Processing**, v. 23, n. 3, p. 341-366, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10339-022-01091-4>. Acesso em 24 out. 2023.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, p. 500-509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>. Acesso em 24 out. 2023.

PIRELLI, Gianni; WECHSLER, Hayley; CRAMER, Robert J. Psychological evaluations for firearm ownership: Legal foundations, practice considerations, and a conceptual framework. **Professional psychology: research and practice**, v. 46, n. 4, p. 250, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/pro0000023>. Acesso em 24 out. 2023.

PREDDY, James E.; STEFANIAK, Jill E.; KATSILOLOUDIS, Petros. The convergence of psychological conditioning and cognitive readiness to inform training strategies addressing violent police–public encounters. **Performance Improvement Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 369-400, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/piq.21300>. Acesso em 24 out. 2023.



QUEIRÓS, Cristina et al. Burnout and stress measurement in police officers: Literature review and a study with the operational police stress questionnaire. **Frontiers in psychology**, v. 11, p. 587, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00587>. Acesso em 24 out. 2023.

QUEIROS, Cristina; KAISELER, Mariana; DA SILVA, A. Leitão. Burnout as a predictor of aggressivity among police officers. **European Journal of Policing Studies**, 1(2), 2013. Disponível em: <http://www.maklu-online.eu/en/tijdschrift/ejps/vol>. Acesso em 24 out. 2023.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; PAULA, Kely Maria Pereira de. Teoria Motivacional do Coping: uma proposta desenvolvimentista de análise do enfrentamento do estresse. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 32, p. 269-279, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200011>. Acesso em 24 out. 2023.

RESENDE, Marcelo Augusto. Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo à população e policiais da PMMG. **Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, v. 3, n. 6, 2017. Disponível em: 97-Texto do Artigo-680-1-10-20170822.pdf. Acesso em 24 out. 2023.

RODRIGUES, Jussara de Lima; FERREIRA, Fernanda de Oliveira; HAASE, Vitor Geraldi. Perfil do desempenho motor e cognitivo na idade adulta e velhice. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 20-33, 2008. Disponível em: <v1n1a04.pdf> (bvsalud.org). Acesso em 24 out. 2023.

ROELOFS, Karin. Freeze for action: neurobiological mechanisms in animal and human freezing. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 372, n. 1718, p. 20160206, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rstb.2016.0206>. Acesso em 24 out. 2023.

ROOS, Leslie E. et al. Acute stress impairs inhibitory control based on individual differences in parasympathetic nervous system activity. **Biological psychology**, v. 125, p. 58-63, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biopsycho.2017.03.004>. Acesso em 24 out. 2023.

ROZEL, John S.; MULVEY, Edward P. The link between mental illness and firearm violence: implications for social policy and clinical practice. **Annual review of clinical psychology**, v. 13, p. 445-469, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-021815-093459>. Acesso em 24 out. 2023.

SILVA, Marco Antonio; BUENO, Helen Paola Vieira. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. **Revista de Ciências Policiais da APMG**, p. 5, 2017. Disponível em: 01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf (apmg.pr.gov.br). Acesso em 24 out. 2023.

SILVA, José Luís Santos. O suicídio entre os policiais militares na Bahia. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, v. 4, n. 10, p. 135-149, 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-2831-7646>. Acesso em 24 out. 2023.



SIMAS, Vini et al. Factors influencing marksmanship in police officers: a narrative review. **International journal of environmental research and public health**, v. 19, n. 21, p. 14236, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph192114236>. Acesso em 24 out. 2023.

STERUD, Tom et al. Occupational stress and alcohol use: a study of two nationwide samples of operational police and ambulance, personnel in Norway. **Journal of studies on alcohol and drugs**, v. 68, n. 6, p. 896-904, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15288/jsad.2007.68.896>. Acesso em 24 out. 2023.

SWICK, Diane et al. Impaired response inhibition in veterans with post-traumatic stress disorder and mild traumatic brain injury. **Journal of the international neuropsychological society**, v. 18, n. 5, p. 917-926, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1355617712000458>. Acesso em 24 out. 2023.

THIAGO, Mônica Henrique da Silva; BELINCANTA, Juliana; VECCHI, Michelle; RODRIGUES, Isis Maria Ignácio. Criação e consolidação de políticas de saúde ocupacional na Polícia Civil de Santa Catarina. **Revista Plural**, ano 3, n. 4, p. 22-34, 2022. Disponível em: [Revista-Plural-Ano 3-n.4_Final \(1\) \(1\).pdf](#). Acesso em 24 out. 2023.

TRIPP, Jessica C.; MCDEVITT-MURPHY, Meghan E.; HENSCHER, Aisling V. Firing a weapon and killing in combat are associated with suicidal ideation in OEF/OIF veterans. **Psychological trauma: theory, research, practice, and policy**, v. 8, n. 5, p. 626, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/tra0000085>. Acesso em 24 out. 2023.

VECCHI, Michelle; CRUZ, Roberto Moraes. Risk Predictors Associated with Firearm Use: A Scope Review. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 33, p. e3303, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3303>. Acesso em 24 out. 2023.

VILERT I BARNET, Juliana; HERNÁNDEZ I PADIAL, Montserrat. Procedimiento de evaluación en la Escuela de Policía de Cataluña. La importancia de la variable estado. **Revista Catalana de Seguretat Pública**, p. 109-127, 2004. Disponível em: [130960-Text de l'article-180730-1-10-20090522 \(5\).pdf](#). Acesso em 24 out. 2023.

WHITESIDE, Stephen P.; LYNAM, Donald R. The five factor model and impulsivity: Using a structural model of personality to understand impulsivity. **Personality and Individual Differences**, v. 30, n. 4, p. 669-689, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(00\)00064-7](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(00)00064-7). Acesso em 24 out. 2023.

ZIMMERMAN, Gregory M.; FRIDEL, Emma E.; MCARDLE, Kara. Examining the factors that impact suicide following heterosexual intimate partner homicide: social context, gender dynamics, and firearms. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 38, n. 3-4, p. 2850-2880, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08862605221104523>. Acesso em 24 out. 2023.